

MOVIMENTOS SOCIAIS HOJE NO BRASIL: BREVES REFLEXÕES¹

CLÁUDIO PERANI*

O tema dos movimentos sociais é atual e importante. Quem fala de crise, quem os considera como o melhor caminho político de mudança, quem os relativiza, quem os instrumentaliza... Há muitas experiências bem sucedidas, outras questionáveis. Existe, também, uma boa reflexão teórica. Nessas páginas desejo apresentar algumas notas, numa perspectiva mais questionadora, esperando que possam contribuir na discussão.

1. DO QUE SE TRATA

Sob o nome “movimento social” habitualmente se incluem múltiplas experiências e organizações bastante diferenciadas: movimentos populares, associações, sindicatos de trabalhadores, pastorais sociais, projetos econômicos alternativos, economia solidária, fóruns, comissões, conselhos, coordenações, campanhas etc. Numa palavra, em sentido amplo, podemos dizer que há movimento social lá onde grupos se mexem, em geral para reivindicar direitos e provocar alteração na ordem sóciopolítica existente.

Seria bom, nesse momento, lembrar a imensa diversidade das iniciativas populares, que nós chamamos de espontâneas, sem dar muito valor porque,

1. Estas Breves Reflexões foram elaboradas por ocasião do Seminário sobre Movimentos Sociais organizado pelo Apostolado Social da Companhia de Jesus, em Curitiba (PR), em maio de 2004. Além dos membros de várias obras sociais da Companhia estavam presentes representantes de diversos movimentos como o Movimento Sem Terra, o Movimento Indígena de Roraima, o Movimento dos Ribeirinhos da Amazônia e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre outros. As experiências apresentadas e a reflexão teórica sobre o tema, com a assessoria de Martinho Lenz, foram bem interessantes e levantaram várias questões que merecem aprofundamento.

talvez, não se encaixam na nossa visão de organização nem são por nós conhecidas. Algumas são ligadas a partidos ou, o mais das vezes, independentes deles. Outras emergem dos setores populares, com ou sem apoio de outros segmentos, apoio mais discreto ou mais diretivo, não raro com recursos intelectuais e materiais.

O que impressiona é o grande número desses movimentos, sua complexidade, sua diversificação e, também, dispersão. Em primeiro lugar, antes de qualquer crítica, parece importante reconhecer a riqueza desses grupos que se mexem e o seu valor político. Devemos desconfiar de algumas conclusões apressadas, como aquela que fala de fraqueza dos movimentos porque muitos dispersos. Ou do desejo de logo articular ou intervir com mais recursos para aumentar sua força. Os resultados muitas vezes são o oposto do que se quer: os movimentos enfraquecem ou até mesmo desaparecem.

Nessa situação, não é fácil definir e classificar os diversos movimentos. O fundamental é manter uma atitude de discernimento contínuo e crítico, que nos leve a conhecer diretamente os movimentos em sua atuação concreta. Para tal, se faz necessário um contato direto e uma escuta constante, buscando uma maior compreensão. Isso é indispensável porque as intenções e as ações explicitadas no projeto nem sempre encontram respaldo na prática e a intuição ou o carisma inicial às vezes é abandonado, entrando num processo de burocratização.

Aqui surge a necessidade de parâmetros teóricos. Entre os autores que refletem sobre os movimentos sociais encontramos o sociólogo e psicólogo clínico italiano, Alberto Melucci, cujas principais idéias acerca do tema sintetizamos a seguir. Para ele, os movimentos sociais em sentido restrito representam um fenômeno coletivo e visam superar os limites da ordem existente. São sinais de uma transformação profunda exigida nas estruturas complexas das sociedades atuais. Em suma,

um movimento social é uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere²

A ação coletiva é um conjunto de práticas sociais envolvendo um certo número de indivíduos ou grupos que se relacionam com continuidade e têm

2. Alberto Melucci, *A invenção do presente: os movimentos sociais nas sociedades complexas*, Petrópolis, Vozes, 2001, p. 35.

um determinado objetivo comum. Esse agir coletivo não é o resultado de forças naturais ou de leis necessárias da história, mas um produto de escolhas e decisões. Nas palavras desse autor,

a construção de uma sociedade planetária mais igual, assim como de sociedades locais menos dramaticamente dilaceradas pela desigualdade, permanece uma aspiração fundamental para todos aqueles que se interrogam sobre o futuro de nossa espécie e agem pelo bem comum. Mas esta tendência para a justiça e para a equidade deve hoje ser sustentada por uma capacidade de análise dos modos como a desigualdade se forma e se mantém em todos os processos sociais e pessoais que nos envolvem. A idéia de que só a mudança das estruturas pode produzir transformações, sem envolver os nossos modos de construir, individual e coletivamente, a mesma experiência humana, pertence às ilusões do passado. Se seremos ou não capazes de fazer também das nossas mentes, dos nossos afetos e emoções, das nossas necessidades espirituais, um terreno de experiência de mudança, este é o desafio que devemos enfrentar. A consciência da não-transparência das relações sociais dá à ação por uma sociedade mais justa uma forma mais realística que renuncia ao sonho moderno, carregado de onipotência, de um ponto de chegada final da história³

A questão fundamental, segundo ele, reside na existência ou não de um conflito sistêmico. Significa que o movimento social está em posição antagônica ao atual sistema econômico-político, isto é, com o capitalismo em sua forma atual de neoliberalismo. Os conflitos, é claro, não existem somente nas dimensões de classe e raça, mas invadem também o âmbito das relações culturais. Noutras palavras, a ação coletiva deve levar a romper os limites dos comportamentos admitidos, indo além das leis reconhecidas e forçando uma nova estrutura que o atual sistema não pode tolerar. De acordo com Melucci, não podemos falar de movimento social quando as ações coletivas se situam no interior dos limites de variabilidade estrutural de um certo sistema de relações sociais, sendo simplesmente fenômenos de manutenção da ordem estabelecida.

2. AS NOVIDADES

Não é difícil constatar a mudança dos movimentos sociais como parte da história de cada lugar e de cada tempo. Há pouco tempo atrás o que mais

3. *Idem*, p. 1.

mobilizava os trabalhadores eram as lutas por mudanças nas condições de trabalho: melhores salários, cumprimento dos direitos trabalhistas, regime de trabalho em cada empresa etc. Organizações como sindicatos, oposições sindicais e comissões de fábrica, entre outras, tiveram aí um papel significativo.

Evidentemente, toda esta problemática continua fundamental hoje também. Mas o capitalismo se transforma, a sociedade passa a enfrentar novos desafios. O desemprego deixa de ser um problema cíclico e torna-se uma realidade crescente e permanente, em virtude, sobretudo, da modernização tecnológica. Para a maioria dos trabalhadores não se trata apenas de lutar por empregos e melhores condições de trabalho. O desafio maior é criar novas formas de trabalho, capazes de garantir alternativas de sustentação da vida para si e suas famílias. O novo, em muitas dessas iniciativas, está em fazer da economia um campo de criação de novas propostas de trabalho, numa perspectiva econômica solidária e não apenas de reivindicações de melhorias dentro do modelo capitalista de produção de mercadorias e de empresa.

Além do trabalho, diversas dimensões da vida passam a ser consideradas: o gênero, as etnias, a terceira idade, a sexualidade, as culturas, a ecologia, os direitos humanos. Surgem novos movimentos que se ocupam da saúde e da doença, da defesa do consumidor, das migrações, da violência e da paz, do nascimento e da morte... Muitos se entrelaçam mais estreitamente com a vida cotidiana das pessoas e com a experiência individual, assumindo uma crescente autonomia dos sistemas políticos. Uns se desenvolvem mais no rural, outros no urbano. Há movimentos que colocam o problema do sentido da vida, questões éticas, movimentos religiosos etc. Tudo isso com uma base social bem heterogênea, que abrange diferentes setores populares e de classe média.

A partir daí, também no nível da reflexão teórica encontramos mudanças. Paradigmas tradicionais não são mais suficientes para explicar as novidades. A teoria marxista não dá mais conta da totalidade dos fenômenos. Penso que continua tendo uma grande importância na análise da realidade, mas deve ser completada por outros paradigmas. Por outro lado, não é fácil encontrar paradigmas novos que possam responder à complexidade e à riqueza do que se apresenta no cenário social. É premente a necessidade de criar novos métodos de análise e novos conceitos: isso não se improvisa, leva tempo, exige paciência. Alguma coisa tem sido produzida. Essa é outra questão a ser melhor conhecida e discutida.

3. A CRISE DOS MOVIMENTOS POPULARES

Já faz alguns anos que se ouve dizer que os movimentos populares estão em crise, entendida aqui não como caminho de crescimento mas como esvaziamento. Tal afirmação merece uma avaliação mais cuidadosa. Em primeiro lugar, é bom se perguntar de quem é a crise: se dos próprios movimentos ou da reflexão sobre eles. Uma análise apressada, constatando mudanças dos movimentos que não conseguem ser encaixadas nos parâmetros tradicionais, pode concluir pela decadência das organizações populares.

Devemos discernir com cuidado entre a grande variedade das iniciativas. Sem dúvida, é possível identificar o esvaziamento de alguns movimentos. Seria importante, porém, perceber melhor os desafios e as tendências presentes hoje nos diversos movimentos populares. Sem pretender esgotá-los — o que seria impossível —, vou apresentar algumas breves considerações.

3.1. A conjuntura em tempo de globalização neoliberal

A conjuntura econômica atual exerce um influxo considerável sobre o cotidiano das pessoas que vivem do trabalho na nova sociedade. A luta pela vida torna-se cada vez mais penosa e nem sempre permite um mínimo de fôlego para uma resistência mais organizada. O desemprego avassalador, o rebaixamento da renda familiar, o aumento da fome e a convivência com a violência atingem e modificam a vida das pessoas em todas as suas dimensões. Na verdade, estamos vivendo uma mudança acelerada de valores, estruturas.

Sem dúvida, para a grande maioria do povo a situação é de sufoco. Mas não de paralisia. Dentro desta situação, e até a partir dela, vemos brotar uma enorme diversidade de iniciativas. Há movimentos bem conhecidos e falados como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). No âmbito da economia, como já mencionamos, cresce todo um movimento de grupos, associações e cooperativas empenhados na criação de novas formas de geração de trabalho, muitas delas numa linha de economia solidária, na cidade como nas zonas rurais. No campo da saúde surgem inúmeros grupos e redes de fitoterapia e outras práticas alternativas, que resistem à transformação da saúde em mera mercadoria fornecedora de lucros para a indústria farmacêutica.

Na esfera da técnica, da qual o trabalhador foi alijado (e sabe que foi) pelas pesquisas e “segredos” do capital, algumas iniciativas de educação e trabalho

buscam elevar o nível de conhecimentos científicos e técnicos dos trabalhadores (o que é diferente de cursinhos rápidos de uma semana, adequados tão somente às demandas imediatas das empresas) e estimulam a pesquisa voltada para as reais necessidades dos trabalhadores e das comunidades populares. Por fim, no tocante aos cuidados com o meio ambiente temos uma série de movimentos de reforço às propostas e perspectivas da agro-ecologia, para não falar de movimentos como o da convivência com o semi-árido, que engloba desde opções agrícolas apropriadas à região até tecnologias de captação da água que permitem enfrentar os períodos de estiagem. Além do movimento dos bancos de sementes, em oposição à pressão dos interessados nos lucros transgênicos!

Enfim, essas e muitas outras são iniciativas que se multiplicam, ganham vitalidade e se fortalecem porque, a nosso ver, correspondem a desafios concretos que o povo está vivendo. E, mais importante, na maioria dos casos não se trata de quebra-galho nem de práticas assistenciais. Inúmeros são os movimentos que, pelo modo como se organizam, pelas relações que estabelecem e pelo conteúdo do que fazem, carregam dentro de si a proposta de construção de uma sociedade justa, fraterna, digna para todos. Eles resistem, na prática, à lógica do capital: transformar tudo em mercadoria lucrativa para si mesmo. Além disso, trata-se de experiências nas quais perpassam questões de diversos outros movimentos — como os de gênero e etnia. Muitas vezes, por exemplo, a afirmação das mulheres ganha novo impulso quando elas participam de desafios concretos mais ligados ao mundo da saúde. Não por acaso, a maior parte dos participantes dos grupos de fitoterapia é formada por mulheres.

Outros movimentos podem ser pressentidos no surgimento de alguns indícios ou embriões. A difusão de certos conhecimentos e equipamentos eletrônicos — especialmente para filmagens — está possibilitando um desenvolvimento da criatividade entre jovens, o que revela um enorme alcance educativo. Em muitos casos esse tem sido o caminho através do qual os jovens começam a se construir como cidadãos, a expressar e escolher valores éticos, a expandir sua autonomia frente às seduições da violência.

Claro, não podemos idealizar nem cair em otimismo ingênuos. Mas me parece que é neste chão que devemos buscar discernir o momento atual dos movimentos populares: o que apontam? quais as possibilidades? o que fazer para que se fortaleçam?

3.2. Liderança e militância

Há questões que dependem diretamente dos movimentos sociais, da forma como se organizam, evoluem e são apoiados. Uma delas é a maneira com a qual aqueles que são chamados de “líderes” ou “militantes” atuam e se situam neles. Em primeiro lugar, sabemos que a linguagem é sempre reveladora de uma posição e de uma prática. Essas duas palavras — líder e militante — vêm de contextos muito diretivos (o da psicologia social comportamentalista e o militar) e revelam uma orientação bem autoritária. O *líder* é aquele que sabe e consegue cooptar os outros, motivando-os para cumprir a tarefa da organização; o *militante* é aquele que observa uma disciplina rígida e imposta para a vitória da causa. São termos que diminuem o sentido da autonomia e da subjetividade em benefício de uma bandeira que deve ser defendida.

Ora, habitualmente, uma das afirmações freqüentes dos movimentos sociais contemporâneos consiste em considerar todo membro como protagonista: trata-se de romper com a dependência e o autoritarismo, querendo que os “pobres” sejam sujeitos históricos da mudança e, por conseguinte, de suas próprias iniciativas. Trata-se de gerar “autores”, quer dizer, pessoas que desenvolvem sua criatividade, se realizam e participam continuamente do poder de decisão, criando um novo tipo de relações sociais, ainda que às custas de uma aparente lentidão inicial. O desafio, no caso, é o de como realizar isso na prática — o que geralmente é bastante difícil. A meu ver, seria importante continuar aprofundando a discussão desse ponto.

3.3. Cooptação das lideranças

Um possível motivo do enfraquecimento de alguns movimentos sociais é o fato de que muitos militantes, com a vitória de Lula e do Partido dos Trabalhadores (PT), foram incorporados em administrações públicas. É algo positivo, pois isso pode introduzir nas estruturas do governo uma prática mais coerente, aprendida nas lutas populares. Fica, porém, o problema da reposição dessas forças, uma vez que os movimentos populares necessitam continuar com sua atividade específica. É algo que não se pode improvisar. Além disso, o discernimento do lugar de compromisso na nova conjuntura não é fácil.

Já antes de Lula existiam estratégias promovidas pelas autoridades ou grupos conservadores com a explícita intenção de dividir a organização do povo. Lideranças eram corrompidas para formar organizações paralelas, com a intenção explícita de enfraquecer o poder popular.

3.4. As parcerias

Existe algo de mais complexo e sutil para ser discernido: o problema das parcerias. Nos últimos anos, aproveitando da “abertura” do governo nos vários níveis (municipal, estadual e federal), alguns movimentos, entidades populares e pastorais entraram em parceria com o próprio governo, quer dizer, aceitaram desenvolver trabalhos em comum. Com a fundação dos Conselhos Paritários, representantes populares ocuparam espaços no seu interior. Às vezes era aceito o apoio de uma organização não-governamental (ONG) disposta a oferecer sua ajuda para potencializar o movimento, sempre na perspectiva de adquirir mais poder pelo fato de ocupar um espaço de governo ou ter mais recursos materiais.

Em consequência disso, no entanto, muitos movimentos ficaram somente neste nível e descuidaram de seu caráter mobilizatório e reivindicatório, de modo que a atuação mais operacional e propositiva reduziu-se à esfera dos Conselhos. Em tese, poderia ser um caminho bem acertado; na prática, muitas vezes contribuiu para enfraquecer a oposição popular. Colocar o pé num espaço de governo pode ser válido na medida em que se mantém o outro fortemente fincado na mobilização popular. Caso contrário, a força do movimento não aumenta, mas diminui. Vários são os exemplos que poderiam ser apontados.

Uma recente pesquisa vem confirmar essas afirmações. O Movimento Ativo da Participação da Sociedade (MAPAS), encarregado da investigação, focalizou os instrumentos criados ou reformulados pelo atual governo: o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, a Conferência para o Meio Ambiente, o Conselho das Cidades e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Eis algumas conclusões:

Os movimentos sociais estão encurralados. Integrados a instâncias criadas pelo governo Lula, viram suas exigências caírem no vazio. Precisam voltar às ruas para exigir o cumprimento delas⁴

É importante reconhecer que os movimentos sociais, com sua especificidade e objetivos, serão sempre necessários, qualquer que seja o sistema político. Por isso, devem manter sua autonomia.

4. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 4 de julho de 2004.

3.5. Absolutização dos movimentos

Outra questão bem atual é a absolutização de um movimento. Poderíamos falar de burocratização, mas não é somente isso, vai além dela. Ainda que tendo uma finalidade mais geral de mudar a estrutura da atual sociedade, a maioria dos movimentos nasce a partir de objetivos bem concretos, trabalhando sobre temas específicos. Por essa razão conseguem mobilizar forças populares. Aos poucos, percebe-se o limite e a fraqueza do movimento, descobre-se que os problemas são vários e, para crescer, ampliam-se os objetivos, multiplicam-se as tarefas e as lutas além das possibilidades concretas dos interessados. Vem a tentação de abarcar tudo. Muitas vezes o resultado é o oposto: o movimento esvazia-se.

É inquestionável a necessidade de não se fechar, de crescer, de ampliar os horizontes e as lutas. O problema é saber como isso está sendo conduzido: impondo uma orientação autoritária e que provém de fora do movimento ou respeitando as decisões e o crescimento do conjunto segundo suas forças?

4. A MÍSTICA

Não é de agora que a palavra “mística” entrou na reflexão dos movimentos sociais, querendo, com isso, indicar uma paixão pela causa, uma força interior, uma fé na vitória capaz de sustentar os “militantes” nas conjunturas mais problemáticas. Parece que, diante dos impasses da luta, do desânimo e das desistências, se descobriu a necessidade de apelar para algo não simplesmente racional que pudesse dar sustento também nas horas difíceis. Pode ter um conteúdo religioso ou simplesmente inspirar-se num ideal de vida, mas significa sobretudo uma força interior que impulsiona para continuar, principalmente nos momentos das dúvidas, sofrimentos ou mesmo das derrotas.

É óbvia a necessidade de fundar nossa vida sobre uma fé e uma esperança que nos proporcionem um sentido mais profundo da existência e nos reforcem na confiança de que a nova sociedade que sonhamos é possível e, com nosso esforço, poderá se realizar. Ninguém vive sem ideal, sem acreditar em algo ou em alguém, sem esperança num mundo melhor. Tudo isso, hoje, é chamado de *mística*. A partir do instante, todavia, em que, com muita frequência, os movimentos populares recorrem à mística, gostaria de refletir sobre dois possíveis desvios.

O primeiro consiste em apelar à mística para explicar ou justificar possíveis erros na condução política dos movimentos. A mística não pertence à ra-

cionalidade ou à lógica política, é de outra ordem, inscreve-se na dimensão ética que se alimenta com a contemplação. É crucial para quebrar a hegemonia da racionalidade moderna e reconhecer seus limites, mas não a substitui. Não podemos fugir do esforço de avaliar politicamente as práticas e as lutas e, se preciso, rever os métodos, as estratégias e até os objetivos da caminhada. Sem isso, o recurso à mística pode tornar-se uma alienação.

Já o outro possível desvio, não facilmente detectável (também porque dependente do conceito de cada um acerca do tema), reside na instrumentalização da própria mística. Ora, ela significa reconhecer que há algo além de nós, que supera nossos limites, que nos transcende. Na medida em que a mística representa uma escolha radical pela causa popular, necessariamente interpretada segundo uma lógica humana, a própria opção corre o risco de tornar-se o absoluto da minha vida. Eu não me deixo mais levar e questionar por um absoluto que me transcende, não me deixo mais orientar pela mística, mas a utilizo para confirmar meu caminho, a causa em que acredito. É isso que chamo *instrumentalização* da mística, sem negar, evidentemente, o compromisso radical pelo irmão popular, cuja face se revela (e me apela) a cada tempo e lugar. Esse esforço de discernir, sempre, as faces do irmão, é também um esforço por deixar-me questionar pelo que me transcende, aberto a toda e qualquer mudança, a todo e qualquer sinal.

5. PERSPECTIVAS

Diante da impossibilidade de predizer qual será o futuro dos movimentos sociais, apontaremos algumas perspectivas gerais que podem ter sua importância para o crescimento dos mesmos:

1. *Avaliação contínua*: Parece óbvio, mas é algo difícil, talvez porque muitas vezes não se possuem os instrumentos metodológicos necessários ou, quem sabe, não haja liberdade para questionar e reorientar a caminhada. Mesmo assim, a avaliação é condição para uma maior coerência e eficácia das propostas e realizações concretas dos movimentos sociais.

2. *Superar a dispersão para procurar maior unidade*: “Povo unido jamais será vencido” é o grito de toda luta. Suscitando o escândalo de muitos, um sociólogo afirmou num encontro de educação popular justamente o contrário: “Povo desunido jamais será vencido”. Tem seu sentido. Devemos reconhecer que a dispersão não necessariamente significa fragilidade, pode ter um aspecto de força. Devemos, contudo, trabalhar para uma sempre maior

unidade que fortaleça a oposição. O problema é saber “como”, para não resultar no efeito oposto.

Penso que a questão hoje não seja tanto a do povo unido *versus* dispersão, mas a construção de novas formas de cooperação e solidariedade concreta. Essa é uma questão de fundo. Dou um exemplo: há lugares em que os agricultores moram longe uns dos outros, cada um trabalha a sua terrinha e pouco se encontram regularmente, a não ser para combinarem juntos a comercialização, a safra e a distribuição das responsabilidades para a realização da venda. Pode ser pouco mas é o ponto concreto em torno do qual eles constroem sua solidariedade, sua cooperação. Quando isso é forte e valorizado por eles mesmos fica mais provável que outros projetos também venham a ganhar força, a exemplo do Fome Zero, que tem tido um impulso maior ali nos lugares onde já existe alguma prática ou movimento popular;

3. *Investir na formação*: É algo muito pedido atualmente e que tem sua validade, particularmente num contexto de confusão. Lembrando, entretanto, que a formação é um momento da ação;

4. *Ter uma ética*: Se lutamos por uma sociedade justa e solidária, é evidente que esses princípios devem existir e ser vivenciados, em primeiro lugar, no próprio movimento, devendo nortear posteriormente toda ação na sociedade.

São essas algumas breves notas sobre o tema dos movimentos sociais, as quais podem servir para aprofundar a discussão, hoje tanto mais necessária.

* *Cláudio Perani é padre jesuíta e trabalha atualmente no Serviço de Ação, Reflexão e Educação Social (SARES), de Manaus (AM), tendo sido durante muitos anos coordenador dos **Cadernos do CEAS**. Do mesmo Autor, ver “Sobre as eficácias” (**Cadernos do CEAS**, 150: 48-54. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, mar.-abr., 1994).*
[clapesj@jesuits.net]